

Júlia Rohden Ramos

A céu aberto

Relatório Técnico do Trabalho de Conclusão de
Curso apresentado à disciplina de Projetos
Experimentais, ministrada pelo Prof. Fernando
Crocomo, no segundo semestre de 2016.
Orientadora: Daisi Vogel

Florianópolis
Novembro 2016

FICHA DO TCC – Trabalho de Conclusão de Curso – JORNALISMO UFSC		
ANO	2016	
ALUNO	Júlia Rohden Ramos	
TÍTULO	A céu aberto	
ORIENTADOR	Daisi Vogel	
MÍDIA	<input checked="" type="checkbox"/> Impresso	
	<input type="checkbox"/> Rádio	
	<input type="checkbox"/> TV/Vídeo	
	<input type="checkbox"/> Foto	
	<input type="checkbox"/> Web site	
	<input type="checkbox"/> Multimídia	
CATEGORIA	<input type="checkbox"/> Pesquisa Científica	
	<input type="checkbox"/> Produto Comunicacional	
	<input type="checkbox"/> Produto Institucional (assessoria de imprensa)	
	<input type="checkbox"/> Produto Jornalístico (inteiro)	Local da apuração:
	<input checked="" type="checkbox"/> Reportagem livro-reportagem ()	<input type="checkbox"/> Florianópolis <input checked="" type="checkbox"/> Brasil <input type="checkbox"/> Santa Catarina <input type="checkbox"/> Internacional <input type="checkbox"/> Região Sul País: _____
ÁREAS	Jornalismo; Mineração; Direitos Humanos	
RESUMO	<p>Este Trabalho de Conclusão de Curso é uma grande reportagem em texto sobre os impactos da extração de minério de ferro em Minas Gerais, estado historicamente marcado pela atividade e principal produtor da <i>commodity</i>. Foram realizadas entrevistas em quatro municípios mineradores, além da capital Belo Horizonte. O trabalho foi pensado como uma reportagem em série, dividida em três partes. A primeira é um panorama geral da mineração de ferro e trata principalmente da dependência econômica dos municípios em relação ao setor, o que os torna suscetíveis às oscilações do preço no mercado externo. A segunda parte apresenta relatos dos atingidos com ênfase na recente mina de ferro em Conceição do Mato Dentro. A terceira, discute a utilização da água pelas empresas que causa assoreamento nos rios das comunidades no entorno da mina. Essa última parte também aborda o novo projeto da Vale, que coloca em risco o abastecimento de água da região metropolitana de Belo Horizonte, e os conflitos na criação do Parque Nacional do Gandarela</p>	

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos tantos mineiros que vivem entre o pó e a barragem, que abriram a porta de casa, me ofereceram café doce e horas de conversa. Aprendi muito vendo de perto a dignidade e a resistência de vocês.

Ao meu vizinho de travesseiro e companheiro de *feijão e sonho*, com olhos de cavalo selvagem, cheiro de porto e riso salgado do mar. Como te quero assim, bem assim.

Às duas mulheres que formam minha (psico-)família, com quem tive a honra de conviver por tantos anos, olhando com admiração tamanha força, paciência e gosto por ouvir os outros.

Ao meu velhinho que já se foi e deixou uma saudade gostosa de ouvir sempre as mesmas histórias e de abraçar um corpo feito de barriga, osso, sangue e ternura.

Às amigas jornalistas. Ao toque armênio que veio dançando e ensinando sobre humildade; à que se dedica na transformação profunda da humanidade e incendeia quem chega perto; à que anda perdendo as coisas em cada esquina e conserva a leveza da vida; à com caminhada lenta e fala tranquila que mostra pra gente que as coisas não são tão terríveis assim; ao corpo agitado que se joga nas estradas desse Brasil e encara o mundo de peito aberto.

Aos dois terços do trio que a História trouxe e a cachaça preservou. Grandes amigos que ao longo desses anos se transformaram em referências para confissões sobre a experiência complexa que é ser humano.

À querida porca-pajé que orientou este trabalho e acalmou minhas angústias de jovem repórter

Às tantas companhias de caminhada, de luta, de dança, de rua, de boteco. A vida tem sido muito generosa por trazer todos vocês.

Por fim, "le agradezco al periodismo que me haya sacado de la contemplación de los laberintos de mi propio ombligo" (e ao Galeano, por escrever frases como esta).

SUMÁRIO

1. RESUMO	05
2. CONTEXTO	06
3. JUSTIFICATIVA DO TEMA E DO FORMATO	09
3.1 Justificativa do tema	09
3.2. Justificativa do formato	10
4. PROCESSOS DE PRODUÇÃO	12
4.1 Pré-Apuração	12
4.2 Apuração.....	14
4.3 Fontes	20
4.4 Redação	22
4.5 Edição	24
5. CUSTOS	27
6. DIFICULDADES E APRENDIZADO	28
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32

1. RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso é uma grande reportagem em texto sobre os impactos da extração do minério de ferro em Minas Gerais, estado historicamente marcado pela atividade e principal produtor da *commodity*. Foram realizadas entrevistas em quatro municípios mineradores, além da capital Belo Horizonte. O trabalho foi pensado como uma reportagem em série, dividida em três partes. A primeira é um panorama geral da mineração de ferro e trata principalmente da dependência econômica dos municípios em relação ao setor, o que os torna suscetíveis às oscilações do preço no mercado externo. A segunda parte apresenta relatos dos atingidos com ênfase na recente mina de ferro em Conceição do Mato Dentro. A terceira, discute a utilização da água pelas empresas que causa assoreamento nos rios das comunidades no entorno da mina. Essa última parte também aborda o novo projeto da Vale, que coloca em risco o abastecimento de água da região metropolitana de Belo Horizonte, e os conflitos na criação do Parque Nacional do Gandarela.

Palavras-chave: jornalismo; mineração; minério de ferro; Minas Gerais

2. CONTEXTO

Em 5 de novembro de 2015, o rompimento da barragem Fundão, de responsabilidade da Samarco e suas controladoras Vale e BHP Billiton, marcou a maior tragédia ambiental da história brasileira. A lama que continha rejeitos do minério de ferro matou 19 pessoas e causou destruição socioambiental por 663 quilômetros nos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce até chegar ao mar do Espírito Santo. Pescadores, ribeirinhos, agricultores, populações indígenas e moradores das cidades ao longo dos rios foram drasticamente afetadas (PoEMAS, 2015) e devem haver outros impactos a médio e longo prazo. Poucos dias depois, em um contexto de comoção nacional, o prefeito de Mariana afirmou em entrevistas a diversos veículos de comunicação¹ que a cidade dependia da mineração e das operações da Samarco.

A relação de dependência econômica de Mariana integra um quadro maior que Coelho (2012) classifica como minério-dependência. O autor ressalta que a dependência de uma única atividade econômica gera também uma dependência social que possibilita uma maior tolerância da população em relação aos prejuízos ambientais e sociais da atividade.

O discurso do desenvolvimento abre a possibilidade ilusória da resolução dos problemas sociais da região, atividade que se traduz, efetivamente, em um pequeno número de empregos e divisas criadas. Os problemas causados pela mineração são naturalizados por uma dicotomia da dependência onde entram em comparação ônus versus bônus. Os prejuízos decorrentes da mineração são suportados em troca de pequenas concessões feitas pelas mineradoras. O trabalho nas minas, por mais árduo que seja, é sinônimo para a população local de atendimento das necessidades humanas básicas, e é exatamente essa consequência de curto prazo o principal trunfo para a manutenção da atividade mineira-exportadora. Podemos ainda identificar como ônus minerador: a contaminação, destruição e assoreamento de rios e reservatórios de água; as renúncias fiscais na água, energia e no imposto de circulação de mercadorias; os gastos com a criação e manutenção de infra-estrutura de transportes (tanto em estradas como em minério-dutos e ferrovias); a construção e manutenção de represas de rejeitos; destruição de formas de produção tradicionais; a sobrecarga do sistema de saúde local; o aumento da violência urbana; os gastos com o crescimento populacional repentino; a instabilidade nos preços do minério de ferro no mercado internacional; a concentração de renda; a renúncia ao incentivo de outras atividades econômicas; os constantes “acidentes” de trabalho; a superexploração do trabalho; a limitada oferta de postos de trabalho. (COELHO, 2012, p. 54)

¹ <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,prefeito-de-mariana-diz-se-contrario-fechamento-de-mina-da-samarco,10000001536>

Com o recente *boom* das *commodities*, essa dependência se aprofundou ainda mais (PoEMAS, 2015) e novas minas foram instaladas, como por exemplo, em Coceição do Mato Dentro. Entre 2002 e 2013, o aumento da demanda de países emergentes (principalmente a China) por minério de ferro, fez com que mineradoras ampliassem seus empreendimentos e buscassem a criação de novos projetos. O ciclo da *commodity* é marcado por oscilações abruptas e no atual momento vive uma crise que faz com que as grandes empresas aumentem o volume de produção, para compensar o baixo preço (MILANEZ, 2010).

Minas Gerais é um dos principais estados brasileiros afetados pelo preço do minério no mercado internacional, pois importante percentual de sua produção é destinada à exportação e também correspondeu a metade do volume comercializado no Brasil – dos 418 milhões de toneladas comercializadas pelo Brasil, 288 milhões saíram de Minas Gerais (DNPM, 2016).

A partir da Teoria Marxista da Dependência é possível compreender a exportação de produtos primários, como o minério de ferro, enquanto dependência econômica do Brasil condicionada pelo desenvolvimento e expansão de países de capitalismo central. Esta teoria estabelece uma compreensão dialética da relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento que não compreende o subdesenvolvimento como uma linha evolutiva rumo ao desenvolvimento. A relação entre países desenvolvidos (países de capitalismo central) e países subdesenvolvidos (países de capitalismo periférico) é de extremos contraditórios e complementares: os países centrais precisam dos periféricos pela farta mão-de-obra barata e pela transferência de valores, enquanto os periféricos precisam da tecnologia dos países centrais, aprofundando assim sua relação de dependência.

A dependência é uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco das relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução da dependência ampliada. O mero fato de que algumas nações industriais produzam bens que as demais não produzem, permite que as primeiras elucidem a lei do valor, isso é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando um intercâmbio desigual. Isto implica que as nações desfavorecidas devam ceder gratuitamente parte do valor que produzem. A função cumprida pela América Latina no desenvolvimento do capitalismo mundial foi de fornecer bens pecuários aos países industriais, e de contribuir para a formação de um mercado de matérias primas industriais (MARINI, 1977, p. 51).

As cidades mineradoras de ferro de Minas Gerais, localizadas principalmente na região chamada de Quadrilátero Ferrífero, estão, portanto, inseridas em um panorama mais amplo da economia mundial. Vale ressaltar também que a atividade na região é histórica e o

surgimento de diversos povoados remonta à busca por minérios durante o período colonial. Porém, a escala de produção aumentou radicalmente na última década devido ao *boom* das *commodities* e implicou em uma série de novos problemas.

É neste contexto que esta grande reportagem em texto se propõe a retratar os impactos da extração de minério de ferro em Minas Gerais, a partir de abordagens econômicas, sociais e ambientais, que vão além das consequências do rompimento da barragem em Mariana. A apuração realizada em outras quatro cidades permitiu traçar um panorama geral a partir de fatos e histórias singulares de cada localidade.

3. JUSTIFICATIVAS

3.1 Justificativa do tema

A partir do conhecimento sobre o contexto apresentado anteriormente, entendi que seria fundamental reportar outras cidades e impactos da mineração de ferro que fossem além do rompimento da barragem em Mariana e suas consequências. Com a ampla cobertura sobre a barragem do Fundão, em novembro de 2015, a mineração voltou a ser agendada pela mídia. Para além desse episódio – muitas vezes noticiado como um caso isolado, sem contexto – me pareceu necessário investigar as consequências sociais da mineração como único setor relevante em alguns municípios do Quadrilátero Ferrífero, principal área de extração do ferro no Brasil.

Meu interesse em escrever uma reportagem sobre mineração surgiu a partir da imagem quase onírica do mar de lama inundando o vilarejo de Bento Rodrigues, fazendo os bois “nadarem” e deixando marcas da sua destruição nas paredes de casas e escolas abandonadas às pressas. Esse mar de lama que surge “do nada” me lembra Macondo, a cidade do principal romance de Gabriel García Márquez onde o realismo fantástico cria situações repentinas, como, por exemplo, a chuva que cai sobre a cidade durante quatro anos, onze meses e dois dias. Ao mesmo tempo, Macondo é uma figura representativa de diversas cidades Latino Americanas sujeitas aos ciclos do capitalismo periférico (MARINI, 1977), presas a situação de exportadoras de matéria-prima. A Companhia Bananeira, de Macondo, tem certas semelhanças com Mariana e outras cidades dependentes da mineração, onde os ciclos de euforia são sucedidos por ciclos de decadência, evidenciando o quão efêmero é o suposto progresso e desenvolvimento trazido:

Macondo estava em ruínas. Nas imensas valas das ruas restavam móveis despedaçados, esqueletos de animais cobertos de lírios vermelhos, últimas recordações das hordas de imigrantes que fugiram de Macondo tão atarantados como haviam chegado. As casas levantadas com tanta urgência durante a febre da banana tinham sido abandonadas. A companhia bananeira desmantelara suas instalações. Da antiga cidade cercada só restavam os escombros (GARCÍA MÁRQUEZ, 2006, p.314).

A manifestação de moradores pedindo a volta da Samarco² poucos dias após a barragem romper e matar 19 pessoas também foi algo que suscitou minha vontade de conhecer e relatar essa história complexa na qual mal havia tempo para o luto.

² http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/17/interna_gerais,709073/protesto-grupo-de-moradores-de-mariana-defende-mineradora.shtml

Um fator importante que me fez decidir apurar em outras cidades, foi perceber que esta reportagem seria apresentada para a banca logo depois do rompimento da barragem de Fundão completar um ano. Previ que os grandes veículos de comunicação mandariam equipes para relatar as consequências da tragédia e optei por buscar uma pauta mais ampla que necessitaria de mais tempo de apuração (uma das vantagens deste ser um trabalho experimental de conclusão de curso, não uma reportagem paga por um jornal). O intuito é mostrar em outras cidades as consequências do mesmo modelo de mineração que, em última instância, causou a tragédia em Mariana.

Os relatos de Mariana se misturam aos de Congonhas e Brumadinho – outras cidades que também são historicamente mineradoras – e Conceição do Mato Dentro, que teve a primeira mina de ferro instalada recentemente em um processo que envolveu uma série de violações de direitos humanos nas comunidades do entorno, especialmente relacionados à compra de terras pela mineradora e ao assoreamento e seca de rios (DIVERSUS, 2011). Cada município foi escolhido para abordar um ponto comum nas cidades mineradoras, mas, ao mesmo tempo, conservando características particulares. Escolhi ir à Brumadinho pela mina abandonada há 15 anos ao lado do Parque Estadual da Serra do Rola Moça. Minas abandonadas sem qualquer cuidado ambiental não são raridades, mas há um elemento particular nesta mina que é estar ao lado de um parque estadual e representar grandes riscos ambientais. Congonhas tinha duas especificidades – concentra o minério com maior teor de ferro do estado e também é cercada por barragens que ficam muito próximas da zona urbana (diferente dos outros lugares, onde as barragens costumam a ficar na zona rural) – mas também características comuns aos outros municípios como bairros próximos às minas que ficam sem água, a dependência econômica do setor e trabalhadores que relatam assédio moral e acidentes de trabalho. Optei por abordar também Mariana, apesar de não ser o foco deste trabalho, por se tratar de um acidente que não pode ser esquecido e que poderia ser uma referência para os leitores que estivessem distantes do tema mineração, mas que certamente viram as imagens impactantes veiculadas em diversos jornais do estrago da lama em Bento Rodrigues e ao longo do rio Doce.

3.2 Justificativa do formato

A opção por uma grande reportagem seriada foi feita em conjunto com minha orientadora, após reunir o material da apuração e perceber que o texto seria maior do que previsto inicialmente. Os capítulos foram pensados para publicações semanais. Sendo assim,

cada capítulo deveria ser estruturado o suficiente para “parar em pé” sozinho, ao mesmo tempo que trouxesse um novo aspecto sobre a mineração. Os capítulos deveriam relatar fragmentos específicos (econômico, social, ambiental) de um contexto maior que, ao final da leitura, pudesse contribuir para a formação de uma visão geral sobre as consequências do modelo econômico e político adotado por Minas Gerais na extração do minério de ferro.

Espero que a partir da comoção massiva criada com a tragédia de Mariana, seja possível que o conhecimento sobre os riscos e impactos da mineração relatados nessa grande reportagem colabore para a construção de novos sistemas de controle da exploração de bens minerais, mais democráticos e humanos. Considero a reportagem um instrumento de transformação social, partindo da teoria de Genro Filho sobre a potencialidade revolucionária do jornalismo na perspectiva de uma sociedade sem classes.

O jornalismo moderno possui não só um potencial crítico e revolucionário na luta contra o imperialismo e o capitalismo, mas um "potencial desalienador" insubstituível para a construção de uma sociedade sem classes. Ele permite, pela natureza mesma do conhecimento que produz, uma imprescindível participação subjetiva no processo de significação do ser social. (GENRO FILHO, 2012, p.187).

Utilizando os recursos textuais, tracei um panorama mais amplo da mineração (com dados sobre o setor e breves análises econômicas e históricas) e, principalmente, retratei as implicações concretas da mineração na vida dos moradores. A reportagem foi escrita pensando como público leitores de outros estados, que não estão inseridos no contexto da mineração. Claro que isso não exclui os próprios mineiros e pessoas engajadas com o tema, mas talvez para eles o trabalho seja um compilado de informações e não apresente tantas novidades.

O grande número de entrevistas foi realizado no intuito de aproveitar melhor o suporte do texto – o que se tornaria mais difícil caso o produto final fosse um documentário, por exemplo – e para que eu, enquanto repórter, compreendesse melhor a questão e pudesse trazer diversos aspectos de um tema tão complexo.

É importante ressaltar que a diagramação e as fotografias foram recursos para facilitar a leitura da reportagem e não devem ser avaliados.

4. PROCESSOS DE PRODUÇÃO

4.1 Pré-apuração

A pré-apuração iniciou em maio deste ano, quando finalmente decidi que iria à Minas Gerais. O primeiro trabalho que li foi do grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS), intitulado “Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG)”. É uma pesquisa acadêmica de alta qualidade que relata o contexto que culminou com o rompimento de Fundão. Como já disse anteriormente, meu foco era entender o antes do rompimento e ir além de Mariana, investigando a estrutura econômica e social que sustenta o modelo extrativista do minério de ferro naquela região. Passei a ler diversos outros artigos do PoEMAS e também artigos dos pesquisadores que o compõem. No mesmo período busquei por reportagens sobre o tema, ainda que a imensa maioria focasse nos desdobramentos do rompimento da barragem.

Aos poucos, elenquei oito cidades para percorrer: Brumadinho, Congonhas, Mariana, Raposos, Itabira, Belo Horizonte, São Gonçalo do Rio Abaixo e Conceição do Mato Dentro. Cada município tinha um aspecto no qual a apuração focaria e comecei a pesquisar artigos, dissertações e reportagens mais específicos de cada lugar. A maior parte das pesquisas acadêmicas eram de universidades de Minas Gerais, com destaque para os pesquisadores do PoEMAS, como já disse, e também do grupo GESTA. Já as reportagens eram principalmente dos jornais mineiros Estado de Minas e O Tempo.

Sabia que visitar oito cidades era um projeto grandioso, mas estava convicta de que seria possível e aquele seria o melhor caminho para conhecer os diversos aspectos que envolvem a pauta. Estava me organizando para passar trinta dias em Minas Gerais, mas fui informada, um mês antes da viagem, que teria apenas 22 dias de férias no estágio, motivo que me levou a reduzir o roteiro. A princípio, eliminei da lista São Gonçalo do Rio Abaixo (onde está a maior mina de ferro de Minas Gerais, da Vale) e Conceição do Mato Dentro (que fica fora do Quadrilátero Ferrífero e longe das outras cidades).

Comecei a procurar a situação atual das cidades (alguns artigos acadêmicos eram de dois, três anos atrás) e a pesquisar nos sites das prefeituras e câmaras de vereadores. Depois, voltei a realizar uma pesquisa mais macro, sobre o que era o minério de ferro para Minas Gerais, lendo incontáveis relatórios. Os relatórios mais importantes para a reportagem foram retirados do site do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Passei a estudar a parte econômica da pauta, o que me levou a

vários caminhos que não renderam em nada. Baixei uma série de planilhas, por exemplo, que passei horas tentando entender. Também busquei um contexto maior ainda para estabelecer a conexão entre a economia Latino Americana nos últimos anos com a economia de Minas Gerais de exportação do ferro – outra busca sem sucesso, provavelmente por ser um passo maior do que minhas pernas conseguiriam dar nesse momento.

A partir da pesquisa elenquei cinco categorias de fontes: prefeitos, movimentos sociais e lideranças comunitárias, moradores e trabalhadores, empresários, acadêmicos e secretarias do Estado. Em alguns artigos ou reportagens eram citadas lideranças e eu anotava seus nomes na expectativa de conseguir entrevistá-los também. Com isso, antes de começar a viagem, já tinha uma lista de possíveis entrevistados.

Me reuni com a Daisi Vogel antes da viagem e fui aconselhada a priorizar os moradores – porque eram essas pessoas quem eu não conseguiria entrevistar por telefone posteriormente e era essa a principal vivência da pauta. Ela também me aconselhou a organizar um pré-texto, disposto de forma cronológica com as informações que tinha levantado na pesquisa, o que facilitaria a busca de informações no momento da escrita – foi uma dica preciosa que tornou a redação menos demorada.

Agendei contato com acadêmicos e movimentos sociais e com líderes de comunidades atingidas. Nessa fase, também tentei contato com as prefeituras, sindicatos e as empresas – mas não fui bem-sucedida. O contato com movimentos sociais e acadêmicos me fez alterar o roteiro de cidades. Apesar de Itabira ter grande importância na história da mineração (é a cidade onde surgiu a Vale), não consegui levantar possíveis fontes, nem tomar conhecimento sobre algum episódio recente importante. Além disso, mais de três fontes me aconselharam a ir para Conceição do Mato Dentro. Após o término da redação da reportagem, percebo que deveria ter substituído Conceição por Brumadinho, onde a apuração não rendeu muito apesar do agendamento de entrevistas. A distância e os cálculos de custo também influenciaram na decisão de abandonar Itabira.

Fiz um cronograma rígido, pois desde o princípio pretendia entrevistar várias pessoas para ter uma dimensão da questão, considerando que eu não sabia nada sobre mineração e nunca havia pisado em Minas Gerais. Assim, antes mesmo de chegar a Belo Horizonte já tinha entrevistas agendadas para o período da manhã, da tarde e, às vezes, da noite pelos três primeiros dias de apuração. Para essas entrevistas iniciais já tinha um roteiro de perguntas.

Após realizar pesquisas consistentes, me sentia preparada para a viagem, apesar da ansiedade e de receios naturais. Porém, o que mais me preocupava era o limite de tempo e de dinheiro. Como o tempo que havia planejado previamente era de um mês calculava que seria

possível me locomover para o interior de ônibus, mas com uma semana a menos de apuração passei a cogitar seriamente o aluguel de carro – o que além de comprometer significativa parte do orçamento, também me tomou várias horas de pesquisa de empresas que aceitariam alugar para uma estudante com limite baixíssimo no cartão de crédito.

Antes de ir para Minas Gerais, entrei em contato com a assessoria de imprensa das mineradoras Anglo American e Vale para agendar visita à mina e entrevistar algum representante das empresas. Nos dois casos fui instruída a enviar a solicitação por e-mail. O assessor de comunicação da Vale me adiantou que seria difícil, com um tom um tanto arrogante, já que não sou de nenhum veículo de comunicação. A Vale nunca me respondeu e a Anglo American disse que não seria possível naquele período (o mesmo motivo que repetiriam quando fiz novo contato, meses depois).

4.2 Apuração

A apuração aconteceu em 20 dias, no final de julho e começo de agosto. Meu companheiro Matheus esteve junto – naturalmente, todas as decisões, contatos, entrevistas, etc, foram feitas exclusivamente por mim. O Matheus esteve presente apenas nas entrevistas feitas na zona rural de Conceição do Mato Dentro, no bairro Pires em Congonhas e com a atingida pelo rompimento da barragem da Samarco em Mariana, para fazer os registros fotográficos que serviriam para ilustrar a reportagem.

Os primeiros cinco dias fiquei em Belo Horizonte entrevistando militantes com atuação no interior. Nas entrevistas iniciais, buscava informações mais “duras”, que muitas vezes as pessoas não sabiam, mas ao longo do tempo fui valorizando também outras camadas de informação. A entrevista com Maria Teresa Corujo, a Teca, uma das principais (ousou dizer que a principal) lideranças contra a mineração no estado, me resultou em uma série de arquivos – Teca guarda em seu computador registro de atas, fotos de denúncias, clippagem de jornais, tudo – e contatos com os moradores atingidos. Foi uma das entrevistas mais importantes para que eu entendesse questões chave sobre a pauta. Realizei outras entrevistas nessa primeira etapa em Belo Horizonte que acrescentaram elementos novos e também serviram para confirmar e atualizar informações previamente levantadas

A primeira cidade onde estive foi Conceição do Mato Dentro, porque era a única que ficava no sentido norte de Belo Horizonte. Fui com um “perueiro” que fazia o trajeto diariamente em um pequeno carro. Meu contato era Patrícia Generoso que mora na parte urbana do município, mas foi criada e tem fortes vínculos com a zona rural (sua família ainda mora na zona rural). Foi um choque de realidade. Por mais que eu acreditasse que estava bem

preparada, Patrícia relatou uma série de violações por parte da mineradora, aliada ao poder municipal. Lembro que fiz uma pergunta ingênua, do estilo “como isso é permitido?”, ao que ela me respondeu “isso daqui é o Brasil profundo”. Essas palavras me marcaram como um símbolo de que os moradores estão praticamente entregues à própria sorte, sem amparo do poder público – que na maioria das vezes mantém relações duvidosas com as mineradoras. Ao contrário do que as fontes em Belo Horizonte haviam dito, Patrícia se mostrou receosa em me passar outros contatos de moradores da zona rural. Entendo que são pessoas diariamente violentadas de diversas formas (pela falta de água, por morarem próximas às barragens, por se sentirem perseguidas pela mineradora), mas precisava conversar com elas. Após alguma insistência, ela me passou o contato de Elias de Souza, morador atingido pela mina da Anglo American. Já era noite quando consegui falar com ele, porque na zona rural não tem sinal de celular e naquele momento ele estava no centro comprando remédios. Combinamos então de nos encontrarmos no dia seguinte pela manhã no único posto de gasolina da cidade. Não sabia o que esperar, pois não estava claro se ele me levaria na casa de outros moradores ou se faria a entrevista apenas com ele. Por sorte, Elias era uma pessoa muito aberta e passou a manhã e a tarde inteira circulando conosco pelas comunidades. Ele era conhecido por todos os moradores que visitamos e chegava nas casas me apresentando como alguém que veio de Santa Catarina fazer uma reportagem. Muitos moradores se mostravam descrentes à qualquer perspectiva de melhora e em determinados momentos me sentia invasiva por estar ali. Pela instalação da mina em Conceição do Mato Dentro ser recente e por envolver uma série de violações, o caso se tornou conhecido em Minas Gerais e fez com que grupos de acadêmicos fossem até lá. O que me disseram dois moradores é que já haviam contado sua história para muita gente e ninguém conseguia ajudar em nada. Nesses momentos, eu me desculpava e, se não estivesse junto do Elias, teria ido embora. Mas Elias insistia e sugeria algum episódio que aconteceu com aquele morador. Eu então dizia que a reportagem era um trabalho para a universidade, mas depois tentaria publicar. Nessas visitas, me preocupei em não criar expectativas de que meu trabalho fosse alterar algo na vida dessas pessoas, mas que poderia contribuir para dar visibilidade ao tema. Ao mesmo tempo, até os moradores que apresentavam certa resistência no começo, logo passavam a narrar diversas histórias. Em todas as casas fui convidada para tomar café e comer bolacha de polvilho, além de alguns moradores fazerem questão de me levar até o córrego ou nascente que havia secado desde a vinda da mineradora. Também agendei entrevista com o promotor da cidade, por quem passei uma tarde inteira esperando, mas tive que retornar à Belo Horizonte e o promotor seguia fechado em uma sala de audiência. Essa tarde de espera poderia ter sido usada para tentar

entrevistar o prefeito e a própria mineradora na sede local. Cometi um equívoco no cronograma que só percebi tardiamente: poderia ter agendado com Elias para o sábado e aproveitado a sexta-feira para entrevistar fontes oficiais (já que o promotor, a prefeitura e a empresa não me atenderiam no sábado).

Voltei para Belo Horizonte e pensava ainda se deveria alugar um carro – o que limitaria o tempo em cada cidade, pois o orçamento apertado não me permitia pagar muitos dias de aluguel – ou se deveria tentar fazer o trajeto de ônibus – o que sem dúvidas sairia mais barato, mas poderia comprometer a apuração, já que algumas cidades não tinham linha direta e os ônibus tinham horários de partida e chegada nada animadores. Com medo de perder muito tempo em rodoviárias, optei por alugar o carro.

Durante oito dias percorri as cidades de Brumadinho, Congonhas e Mariana. Em Brumadinho, avalio que a apuração não rendeu o quanto esperava. Escolhi a cidade especialmente para tratar da questão da mina abandonada, mas chegando lá percebi que nenhum dos entrevistados estava interessado nisso, nem tinham muito conhecimento a respeito. Tive a sensação, não apenas em Brumadinho mas em diversos momentos ao longo da reportagem, que aspectos que me chamavam a atenção eram tratados com certo descaso e naturalidade pelos mineiros. Em Congonhas, assim como em Conceição do Mato Dentro, circulei pelas comunidades afetadas com o líder comunitário Sandoval de Souza. Foi também em Congonhas que consegui, finalmente, entrevistar trabalhadores da mineração, fontes de difícil acesso. As duas trabalhadoras que entrevistei foi graças ao contato com o sindicato da categoria e ambas estavam afastadas do trabalho e haviam atuado em empresas terceirizadas. Foi difícil entrevistar outros trabalhadores porque não consegui visitar uma mina e porque não sabia como chegar até essas pessoas – não iria abordar qualquer um com uniforme de mineradora na rua. Outra dificuldade foi falar com prefeitos, pois eles também eram pré-candidatos e não quiseram dar entrevistas com receio de configurar propaganda eleitoral antecipada (com exceção do político de Brumadinho, que era candidato a vice-prefeito, todos os outros se recusaram).

De modo geral, me apresentava como estudante de jornalismo e sempre gravava as entrevistas. Quando era possível, também fazia anotações para saber o que perguntar para os próximos entrevistados com os novos elementos da apuração. Como tinha uma pré-apuração sólida, várias questões por lá se confirmaram. Claro, várias outras não. Por exemplo, perguntava por dados e diversas pessoas me diziam que não saberiam responder porque apenas as mineradoras têm essas informações. No primeiro contato com as fontes, mostrava interesse e conhecimento sobre a pauta conforme indica Lages (2003), prestando atenção e

interferindo pouco ao longo dos relatos – fazia várias perguntas, mas nunca interrompia o entrevistado.

Priorizei conhecer os moradores próximas às minas e sua realidade. Ao mesmo tempo, não podia e não queria ignorar o fato que havia um discurso no ar sobre a necessidade das mineradoras. A população de modo geral não se posiciona contrária, mas entende como “um mal necessário”, como única alternativa da cidade. Estava preocupada em ouvir pessoas favoráveis à mineração, porque a maioria das minhas fontes eram críticas ao setor e já havia percebido que seria difícil entrevistar os empresários. Foi então que passei a buscar secretários, como o de Congonhas e Brumadinho.

Desde o princípio, meu tema central não seria Mariana, mas fui à Mariana inclusive para ter impressões que me pareciam ser fundamentais para entender e escrever sobre mineração. Algumas fontes já tinham comentado que havia uma disputa entre atingidos e não-atingidos na cidade. Não consegui agendar entrevistas antes de chegar em Mariana – os contatos que eu tinha não estariam lá ou diziam que não podiam me ajudar. A primeira entrevista foi com uma professora de direito da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) que atua junto aos atingidos do distrito de Barra Longa, mas optou por não me indicar ninguém – o que me parece justificado, já que eles têm sido muito expostos. Também queria falar com algum morador que tivesse essa perspectiva contrária aos atingidos e favorável à volta das operações da Samarco. Então lembrei do que havia sido um dos elementos determinantes para meu interesse inicial com o tema: o Movimento Justiça Sim, Desemprego Não. Busquei a página deles no *Facebook* e entrei em contato por telefone para agendar entrevista. Voltei da conversa com a fundadora do grupo sem saber o que pensar. Ela era uma mulher pobre, filha de atingidos e defendia a empresa com um discurso muito contraditório. Fui então conversar com o promotor de Mariana, por quem esperei longas horas para ser atendida. Ele tinha um ar burocrata e mal olhou para mim enquanto respondia às perguntas e digitava um relatório no computador – que ao final da entrevista me deu estilo “isso responderá todos seus questionamentos”. Desligado o gravador, quando estava na porta da sala, ele desabafou que estavam todos contra os atingidos e ele não sabia mais o que fazer. Também pedi para ele o contato de algum dos atingidos, alguém que fosse um porta-voz, e ele não me passou. Tinha o contato de uma integrante do Movimento dos Atingidos por Barragens, mas ela não estaria na cidade e não se mostrou disposta a me atender. Insisti com ela para que ao menos me repassasse alguma indicação de fonte de atingido e me enviou três números de telefone, sem nenhuma outra informação. Fiquei imensamente constrangida em ligar para essas pessoas sem saber de onde eram nem em quais condições estavam. Não sabia

o que dizer, como ligar. Justo eles, que haviam perdido tudo, que estavam sendo constantemente perseguidos pela imprensa, e eu teria que fazer esse papel. Amaldiçoei o jornalismo por alguns minutos. Quando tomei coragem para fazer a ligação já era tarde. Um dos telefones não existia, o outro atendeu e disse que não poderia naqueles dias, e a última me convidou para ir a casa dela. Fui até lá sem saber muito bem o que encontraria. Descobri que ela não era atingida, mas sua mãe sim – e não de Bento Rodrigues, nem Paracatu, mas de Pedras. Eu não havia escutado nada sobre Pedras. Conversamos e ela se ofereceu a me levar até a casa de sua mãe, a algumas quadras dali. A entrevista com Marlene, a filha, rendeu mais do que com sua mãe atingida. Maria da Conceição foi receptiva, mas quando perguntava sobre o dia do rompimento da barragem, ela preferia falar sobre bolo. Preferi não insistir muito e aceitei o convite para o café. Ela ficou meses sem falar depois que um mar de lama engoliu a casa onde morou a vida inteira e eu decidi que iria respeitar a vontade dela de não falar. Não acredito em um jornalismo que faz de tudo para conseguir determinada informação e eu, enquanto repórter, decidi que aquele seria o limite da insistência.

Tentei ir a Bento Rodrigues para fazer uma boa foto e, principalmente, para sentir ver de perto aquele estrago – ainda que estivesse decidida a não falar longamente sobre o acidente. As fontes me passaram um caminho que daria para ver Bento Rodrigues do alto, já que a entrada ao local tinha acesso restrito. Nos perdemos no caminho de terra e sem placas, e chegamos até uma cancela onde um funcionário da Samarco confirmou que ali era Bento Rodrigues e que nós não poderíamos entrar. Consegui ver, na margem da BR, a barragem rompida e o estrago feito. Paramos o carro no acostamento e fiquei alguns minutos olhando aquilo. Uma sensação difícil de descrever e que foi importante, ainda que tenha optado por não escrever a respeito na reportagem.

Queria ir até a cidade de Raposos, na qual a Vale (pelo Projeto Apolo) pretende construir uma barragem de rejeitos, mas não houve tempo. Também não consegui ir até a Serra do Gandarela, que não estava no meu planejamento inicial, mas se tornou importante ao longo da apuração. A falta de orçamento para passar mais dias com o carro alugado impossibilitou a apuração nesses locais.

De volta a Belo Horizonte, tentei agendar entrevista com algum representante do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), mas me responderam que não seria possível naquela data. Pela ausência de fontes que representassem os empresários, recorri ao Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra) e consegui agendar com o diretor administrativo. Também entrevistei o promotor Mauro Ellovich, que havia sido citado por diversas fontes. Confesso que antes de ir até Minas Gerais não pensei que os promotores

seriam relevantes para a pauta, mas eles se revelaram como uma força, talvez a única, do Estado que se preocupa com os atingidos.

Voltava sempre cansada após longos dias de entrevista e não consegui descrever as cidades ou anotar impressões dos entrevistados, o que acredito que tenha dificultado a escrita. Também não consegui aprofundar a relação do Estado com as mineradoras, apesar de questionar a maioria das fontes a respeito. Em muitos casos, obtive informações relevantes, mas isoladas e sem contexto, o que influenciou na decisão de não abordar na reportagem.

De volta à Florianópolis, após estruturar os capítulos e avançar na escrita, percebi que faltavam algumas fontes e fiz as últimas entrevistas por telefone. Tive particular dificuldade em falar com o prefeito de Congonhas. Tentei enquanto estava na cidade e depois passei semanas em contato quase diário com uma de suas assessoras, mas sem sucesso. Esse prefeito tem uma importância particular enquanto fonte porque foi o último presidente da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais (AMIG) e critica a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Frustrando minhas expectativas e com o prazo terminando, a entrevista foi respondida pela assessoria de comunicação, via e-mail. Outra fonte de difícil acesso foi a Secretaria de Meio Ambiente (SEMAD). Após três semanas de contato (com insistentes ligações), finalmente consegui respostas por e-mail, mas eram longe do que julgava ser ideal – as perguntas foram parcialmente respondidas e de forma evasiva. Também solicitei acesso aos Estudos de Impacto Ambiental pela Lei de Acesso à Informação. Não restou tempo para ler esses estudos da forma como gostaria, mas consegui confirmar as informações necessárias.

As entrevistas com as empresas não foram realizadas, apesar de inúmeras tentativas. Além do contato feito antes da viagem, em cada cidade que estive (exceto Conceição do Mato Dentro) conseguia o telefone de algum funcionário da mineradora e tentava agendar. Era informada de que deveria enviar a solicitação por e-mail, aos quais nunca obtive respostas. Já em Florianópolis, estive profundamente envolvida no processo de organização, transcrição e escrita da reportagem e voltei a tentar contato com os empresários nas últimas semanas antes da entrega para a banca de avaliação. Liguei para os assessores de comunicação da Anglo American, Vale e CSN e novamente fui instruída a enviar e-mails. E, de novo, não obtive respostas.

4.3 Fontes

No total, foram feitas 40 entrevistas – das quais 33 pessoalmente, cinco por telefone e duas por e-mail. Nem todos os nomes de entrevistados foram incluídos na reportagem final,

naturalmente. A maior parte das entrevistas foram longas, com mais de uma hora de duração (inclusive por telefone) e as mais curtas duraram 30 minutos. As fontes estão listadas na sequência na qual foram ouvidas:

1. Paulo Rodrigues, geólogo que trabalha no Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e atua no Movimento Pelas Serras e Águas de Minas (Movsam)
2. Maria Teresa Corujo, ambientalista e militante do Movimento Pelas Serras e Águas de Minas (Movsam)
3. Vinícius Papatella, advogado e pesquisador do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais, vinculado à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
4. Isabela Corby, advogada que esteve em Mariana logo após o rompimento da barragem como integrante do coletivo de assessoria de direitos humanos Margarida Alves
5. Patrícia Generoso, moradora atingida pela mina da Anglo American em Conceição do Mato Dentro.
6. Elias de Souza, morador atingido pela mina da Anglo American em Conceição do Mato Dentro.
7. Lúcio Pimenta, morador atingido pela mina da Anglo American em Conceição do Mato Dentro.
8. Darcília Pires de Sena, moradora atingido pela mina da Anglo American em Conceição do Mato Dentro.
9. Lenita Faustino, moradora atingido pela mina da Anglo American em Conceição do Mato Dentro.
10. Zé Lúcio, morador atingido pela mina da Anglo American em Conceição do Mato Dentro.
11. Carolina de Moura, jornalista e militante da Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale que mora em Brumadinho
12. Lucas Sales, vereador de Brumadinho pelo Partido Verde
13. Hernane Abdon, ex-secretário da Fazenda e ex-secretário de Meio Ambiente de Brumadinho
14. Cris Teixeira, trabalhou em empresa terceirizada na mina da Vale
15. Rosangela Aparecida Moreira, trabalhou em empresa terceirizada na mina da Vale
16. Christian Souza Costa, Secretário Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Congonhas
17. Sidney José Roque, presidente do sindicato Metabase de Congonhas

18. Sandoval Souza, integrante da União das Associações Comunitárias de Congonhas
19. Ivana Gomes: moradora do bairro Pires, em Congonhas.
20. Rebeca Oliveira Santana, moradora do bairro Plataforma, em Congonhas.
21. Vinicius Alcântara Galvão, promotor de Congonhas
22. Ivan Targino, sindicalista do Metabase de Congonhas
23. Tatiana Ribeiro, professora da Universidade Federal de Ouro Preto e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (GEPSA)
24. Poliane de Freitas, integrante e principal líder do movimento Justiça Sim, Desemprego Não, que pede a volta das operações da Samarco em Mariana.
25. Valério Vieira: diretor do Sindicato Metabase Inconfidentes, com sede em Mariana
26. Guilherme Meneghin: promotor de Mariana que atua com direitos humanos e tem forte atuação no caso dos atingidos pela Samarco
27. Marlene Martins dos Reis e sua mãe Maria da Conceição Martins, moradora do distrito de Pedras (próximo a Bento Rodrigues) que perdeu a casa por causa do rompimento da barragem da Samarco.
28. Lourival Andrade: membro do Instituto Brasileiro de Educação, Integração e Desenvolvimento Social (Ibeids) e ex-trabalhador da mineração em Itabira.
29. Cristiano Parreiras, diretor administrativo do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra)
30. Rejane e Ricardo Moraes, moradores de Brumadinho
31. Larissa Pirchiner, advogada que atua em Conceição do Mato Dentro como integrante do coletivo de assessoria de direitos humanos Margarida Alves
32. Mauro Ellovitch: promotor de Justiça e coordenador regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente das Bacias dos Rios das Velhas e Paraopeba
33. Gustavo Gazzinelli, jornalista e militante do Movimento Pelas Serras e Águas de Minas (Movsam)
34. Bruno Milanez, professor na Universidade Federal de Juiz de Fora e pesquisador do grupo de pesquisa Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS). Entrevista realizada via Skype.
35. Marta de Freitas, diretora de Saúde do Trabalhador da Secretaria de Saúde de Minas Gerais. Entrevista realizada por telefone.
36. Francisco Andrade, professor do departamento de história da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Entrevista realizada por telefone.

37. Rodrigo Santos, professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisador do grupo de pesquisa Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS). Entrevista realizada por telefone.
38. Cinthia Rodrigues, gerente de Pesquisa e Desenvolvimento do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM). Entrevista realizada por telefone.
39. Assessoria de comunicação da prefeitura de Congonhas. Entrevista por e-mail.
40. Assessoria de comunicação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Entrevista por e-mail.

4.3 Redação

Voltei de viagem com mais de 40 horas de entrevistas gravadas, dois cadernos preenchidos e uma série de papéis que recolhi ou que me entregaram – panfletos do sindicato, informativos produzido pelos movimentos sociais, jornais das cidades do interior, relatórios do Ministério Público e até um livro. Ao mesmo tempo que tinha muito material, começava a perceber lacunas na apuração. Encontrei novamente minha orientadora e optamos por estruturar a reportagem em quatro capítulos: o primeiro seria uma grande abertura macro-econômica e social, o segundo seria sobre os moradores atingidos pela mineração, o terceiro sobre a questão da água e o quarto sobre o poder político e econômico das mineradoras.

Se ao longo da graduação percebia que tinha mais dificuldade em apurar do que em escrever, esta reportagem se revelou o inverso. Nunca escrever foi tão penoso. Acredito que são dois os principais motivos de tamanha dificuldade: a quantidade de informações e a relação com as fontes.

Minha ilusão de começar a escrever os capítulos ao mesmo tempo que transcrevia as entrevistas logo se acabou. Passei então a uma intensa rotina de transcrições. Percebi falas e informações relevantes que, no momento que fiz a entrevista não havia dado a devida importância justamente porque ao longo da apuração fui aprendendo sobre o tema.

A estratégia para começar a escrita foi rever o arquivo feito antes da viagem, com informações retiradas de pesquisas acadêmicas e relatórios. Fui puxando setas de informações importantes e em qual capítulo poderia ser encaixada. Repeti o processo com as transcrições das entrevistas.

Tinha poucos parágrafos escritos em vários capítulos, mas não conseguia escrever um capítulo inteiro. Comecei a tentar me organizar novamente. Fiz tópicos de cada capítulo e pensei que finalmente estivesse pronta para a escrita. Ledo engano. Essas estruturas eram constantemente alteradas enquanto o texto ia se formando. Desisti de tentar começar pelo

capítulo 1. Passei a escrever o capítulo 3 e logo me deparei com a seguinte questão: sendo o capítulo 2 sobre os atingidos e o capítulo 3 sobre a água, onde eu colocaria a informação sobre a falta de água nas casas dos atingidos? Hoje, essa questão parece tola, mas naquele momento significou momentos de angústia. Demorou para de fato entender que meu trabalho é um recorte da realidade, da minha percepção, da percepção dos meus entrevistados – por mais que tenha me esforçado para ser o mais fiel possível. A realidade não vem separada em capítulos, nem cabe em uma reportagem. Deveria eu, então, decidir o que escrever e como agrupar minha apuração.

Tive que resistir ao desejo de sempre abrir mais, apurar mais, abordar mais assuntos. Um dos maiores receios que me acompanharam ao longo da produção dessa reportagem foi cair na máxima: falar de tudo, e não falar de nada. Tive que fazer a difícil escolha de simplesmente ignorar um assunto, porque não teria mais tempo para apurar.

Na escrita dos capítulos 3 e 1, os dois primeiros finalizados, perdi um tempo monumental pesquisando algum relatório ideal que, claro, não existia. Buscava em sites de ministérios, de universidades, em sites estrangeiros e chegava ao cúmulo de baixar mais de uma vez um mesmo relatório. Pura neura. Acredito que, além do desejo de fornecer informações corretas, essa rotina era uma fuga para não expor a minha visão de repórter. Eu estive em Minas Gerais, conversei com várias pessoas, e ainda assim buscava um relatório para acreditar no que havia visto e ouvido. Como se o relatório fosse necessariamente mais confiável do que o relato da jornalista. Esse era exatamente o tipo questão que sempre julguei bem resolvida racionalmente na minha cabeça e que apenas ao longo do processo de escrita dessa reportagem se revelou como uma insegurança. Estava escrevendo um jornalismo burocrata, quase asséptico – algo no qual não acredito ideologicamente e que tenho pavor enquanto leitora. Em reunião com a Daisi, ela disse com uma simplicidade que minha função como jornalista era relatar da forma mais crítica possível o que eu vi. Escutar isso me trouxe um profundo alívio.

Pensei em escrever capítulos com cerca de 30 mil caracteres, mas a primeira versão do capítulo 3 teve mais do que o dobro disso e ainda deixei muitas informações sobre a questão hídrica em outras cidades de fora. Optei por não incluir essas informações, pois não eram tão fundamentais assim e também não queria escrever uma reportagem muito longa. Queria que fosse curta, mas densa o suficiente para trazer alguma reflexão nova ao leitor. Depois de escrito o capítulo 3, o primeiro de todos, passei a escrever o capítulo 1. Esse foi muito mais rápido. O terceiro capítulo que tentei escrever, foi o capítulo 4 sobre a dimensão do poder das mineradoras. Escrevi mais da metade, quando percebi que precisaria jogá-lo no lixo. Estava se

transformando em um emaranhado de parágrafos onde eu abordava vários temas, de forma desconexa e leviana. Se em todos os outros capítulos tive um extremo cuidado com as informações (confirmando várias vezes), não teria sentido escrever um capítulo mal apurado. Me percebi tentando descobrir questões sigilosas da maior mineradora de ferro do mundo, a Vale. Desde a pré-apuração e durante as entrevistas buscava respostas sobre como a empresa se organiza (suas pressões no Estado para conseguir as licenças ambientais, sua relação com financiamento de campanhas políticas, etc), mas era muito difícil conseguir informações concretas, para além das opiniões e suspeitas das fontes.

O outro fator que mencionei como principal para a dificuldade e demora em escrever, foram as fontes. Pensava nelas o tempo todo enquanto escrevia, especialmente nos atingidos. Mesmo sabendo que dificilmente um morador da zona rural de Conceição do Mato Dentro irá ler esse trabalho (pelo alcance, formato e linguagem), eram nessas figuras que pensava como meus leitores. Ainda que repetisse para mim mesma que a ideia era repassar para leitores de outros estados um pouco desse retrato tão duro e violento. Me questionava como escrever sobre pessoas vulneráveis socialmente sem colocá-las em uma posição de apenas vítimas. É evidente que são vítimas, mas também são agentes de resistência contra a empresa mineradora. Esse foi um dos principais questionamentos durante a redação do capítulo 2, o último a ser feito. Apesar de ser o maior em termos de caracteres, foi o mais rápido a ser escrito – talvez porque dessa vez consegui evitar a busca por relatórios idealizados.

4.3 Edição

O título faz referência ao fato da extração de ferro, diferente do ouro por exemplo, ocorrer em minas a céu aberto, o que possibilita um impacto estético e também faz com que o pó do minério seja carregado pelo vento para as casas e nascentes de água dos moradores ao redor. Escolhi não iniciar o texto com Mariana na tentativa de mostrar ao leitor que aquela reportagem teria um foco distinto do que a maioria das outras que foram publicadas recentemente. Começo a reportagem também fugindo de uma estrutura informativa “dura”, em busca de um estilo mais literário que pudesse atrair o leitor (SODRÉ, 1986). Por não anotar minhas impressões durante a apuração, não tinha cenas de grande impacto. Os trechos da BR-040 que exibem as minas foi uma cena que me marcou e que, ao mesmo tempo que poderia chocar um turista, era algo extremamente comum aos mineiros. É assim que começo a reportagem, mostrando algo que é comum em Minas Gerais e tentando dar a dimensão do que é mineração para esse estado.

Como foi penosa a escrita dos capítulos, acabei entregando para minha orientadora da forma que foi possível, sem muita edição – o que implicou em uma série de repetições de palavras e falas entre aspas escritas literalmente (não para frisar a forma como as pessoas falam, mas por descuido meu). Tive que atentar para esse tipo de erro e também para padronização de números e valores. Imprimi duas vezes a reportagem diagramada antes de finalizar para entregar à banca no intuito de evitar ao máximo os erros de português e frases mal escritas. Outra dificuldade foi tratar de palavras parecidas e que muitas vezes eram necessárias serem usadas sem substituição: minas, minério, mineração, Minas Gerais, mineiro.

No final das duas semanas de edição, já me sentia “cega” perante a reportagem e recorri à ajuda de amigas e de meu companheiro para perceber repetições de palavras e frases sem sentido. No começo, me inspirei na revista Piauí que não usa intertítulos e separa os temas com uso de capitular. Foi em conversa com essas pessoas que decidi usar intertítulos por serem longos capítulos que abordam várias cidades. Os primeiros saíram duros e burocráticos e com a ajuda da Daisi conseguimos intertítulos mais fluidos. Também redigi um texto de abertura no intuito de sintetizar o conteúdo dos próximos capítulos e instigar a leitura.

Outra complicação foi pensar em como finalizar o texto. Como disse, a ideia original era uma reportagem composta por quatro capítulos, mas alterei para três. O capítulo 3, que agora finalizaria o trabalho, já havia sido escrito sem essa preocupação. Fiquei mais de um dia pensando em como terminar, acreditando que um bom parágrafo poderia resolver o problema. Porém, naquele capítulo eu vinha escrevendo sobre a questão da água e, no final, sobre o projeto Apolo da Vale e não queria mudar radicalmente de tema para retomar algum personagem atingido ou falar do mar de lama de Mariana. Não tinha nenhuma boa cena sobre água ou projeto Apolo para encerrar, por isso optei por finalizar com uma perspectiva de futuro. A ideia foi ressaltar que, mesmo com todos os problemas do atual modelo econômico de extração do minério que foram apresentados ao longo do texto, uma nova mina pode surgir e comprometer o abastecimento hídrico da região metropolitana de Belo Horizonte. E essa escolha, agora, só depende da Vale. Optei pela ênfase à questão da mina Apolo na Serra do Gandarela porque, de acordo com algumas fontes, não era dada a devida atenção por parte de grupos acadêmicos, jornalistas, pesquisadores. Maria Teresa Corujo, por exemplo, opinava que era mais fácil uma mina se tornar visível aos olhos públicos depois que já havia violações (como no caso de Conceição) do que mobilizar pessoas para evitar o surgimento de novos grandes projetos mineradores.

Por fim, ainda que a diagramação e as fotografias não devam ser avaliadas, cabe explicar que minha primeira opção era a impressão no mesmo tamanho da revista Piauí e com ilustrações. Entrei em contato com mais de três artistas, mas as negociações não deram certo. A reportagem final foi impressa em folha A4, com fotografias em preto e branco por causa do orçamento. A impressão das três cópias para a banca em A4 preto e branco seria o valor equivalente a apenas uma impressão colorida no mesmo tamanho.

5. CUSTO

O custo da execução do trabalho foi R\$ 2.699,40. Todas as despesas foram arcadas com financiamento próprio. Fui recebida na casa de conhecidos e amigos, o que justifica o baixo gasto com hospedagem.

Item	Valor
Hospedagem	R\$ 100,00
Alimentação (20 dias)	R\$ 525,00
Transporte de Belo Horizonte a Conceição do Mato Dentro (ida e volta)	R\$ 120,00
Transporte Belo Horizonte a Brumadinho, Congonhas e Mariana (aluguel de carro por 09 dias)	R\$ 1.209,50
Transporte em Belo Horizonte (ônibus e metrô)	R\$ 55,00
Passagens aéreas de Florianópolis a Belo Horizonte (ida e volta)	R\$ 623,30
Impressão da reportagem e relatório	R\$ 66,60
	Total: R\$ 2.699,40

6. DIFICULDADES E APRENDIZADO

Durante a realização do trabalho de conclusão de curso me tornei mais consciente dos meus limites e virtudes enquanto jornalista. Ficou claro que a escolha de quais conteúdos abordar e quais excluir, além de estruturar o texto, foram as tarefas mais complicadas, enquanto a pesquisa antes da viagem e as entrevistas foram realizadas com relativa tranquilidade. Pela primeira vez tive a experiência de apurar em outro estado e consegui planejar o cronograma de forma que entrevistei várias pessoas e fui a todas as cidades do roteiro, considerando minhas restrições orçamentárias, de tempo e também de experiência enquanto repórter.

Acredito que a oportunidade de entrevistar fontes em contextos e posições de poder diferentes me trouxe um novo olhar sobre a existência humana. A relação com as fontes foi a parte mais intensa deste trabalho. Nunca havia entrevistado tantas pessoas, em tão pouco tempo e em ocasiões tão distintas – entrevistei uma mulher enquanto dava banho na filha pequena, fiz entrevistas na casa das fontes (que sempre finalizavam com café doce e pão de queijo), entrevistei fontes em escritórios com ar condicionado e também fiquei com a pele brilhando do pó do minério de ferro enquanto circulava pelas comunidades atingidas no Fiat Uno do líder comunitário.

Foi difícil, em certos momentos, me assumir enquanto jornalista, porque me via em uma clara posição de privilégio (a estudante universitária de Santa Catarina) e de alguém que iria colher aqueles relatos e ir embora. Agora percebo que também usei o gravador como um recurso para deixar claro, para as fontes e para mim mesma, que estava ali como jornalista. Tratei de esclarecer os limites da reportagem e de não prometer nada, dizendo apenas que a reportagem poderia contribuir para dar visibilidade às situações enfrentadas pelas comunidades. Confesso que parte de mim tinha uma sensação de fracasso por não ser uma jornalista que pudesse de fato influenciar no destino daquelas pessoas. E não por uma questão de ego, mas por ser impossível conhecer de perto essa realidade, as condições de vida dos atingidos, e simplesmente seguir em frente. A materialização – em rosto, voz, nome, corpo, história – dos atingidos alterou minha percepção da pauta. Uma coisa é saber que existem atingidos pela mineração, outra é tomar café abaixo da barragem e ficar com a pele brilhando do pó do minério de ferro. E meses depois, enquanto escrevia a reportagem sentada na sala do meu apartamento, eles continuavam vivendo naqueles lugares com aquelas violações diárias.

Foram várias fontes que me disseram que não gostavam de jornalistas ou que já haviam tido falas distorcidas por outros repórteres. Tive um cuidado especial para respeitar o direito de manter o conteúdo da fala das fontes, mas entendendo que é parte do jornalismo a possibilidade de que a informação prestada seja confrontada com outras ou com outros fatos, caso contrário, seria apenas difusões de discursos sem qualquer possibilidade crítica (LAGE, 2003).

Tive uma preocupação especial com o relato dos atingidos, pois não queria que meu texto fosse mais uma violência contra eles. Foi difícil buscar um formato de escrita que não tirasse a força deles como resistência à mineração, mas ao mesmo tempo não mascarasse a realidade destacando-os como atores políticos mais fortes do que de fato são. Também optei por não expor demais suas histórias, com temas como doença e relacionamentos matrimoniais. Perguntava sempre se poderia utilizar seus nomes com receio de algum tipo de retaliação (não necessariamente física) e ofereci *off* para alguns moradores que considerei em situações de extrema vulnerabilidade social, mas as propostas eram recusadas com frases como “pode colocar aí que eu que tô dizendo!”.

Uma das dificuldades e frustrações foi não conseguir entrevistar as empresas mineradoras. Tentei em três momentos diferentes (antes da viagem, durante e depois). Já poderia prever esse tipo de problema, porque em diversas reportagens que li as mineradoras também haviam sido procuradas e não responderam ou, no máximo, respondiam por nota da assessoria de imprensa. Mesmo assim, cultivei uma certa ilusão, talvez necessária, de que seria possível entrevistar um empresário da Vale. Comprei um terninho para ir à Belo Horizonte e me preparei para a entrevista que nunca aconteceu. A solução que encontrei para o problema de haver uma série de relatos que acusam as mineradoras e não haver a resposta delas foi deixar claro no texto que as empresas foram procuradas e que o fato de não aparecerem na reportagem é simplesmente porque nunca responderam.

Optei por não colocar acusações que considerava levianas – não pelo conteúdo, mas porque não conseguiria comprová-las. Acredito que se fosse acusar as mineradoras de tudo o que escutei as acusações mais consistentes perderiam a força. Optei por não usar todas as informações que eu tinha, só as que conseguia estruturar e que estavam bem apuradas.

Durante a redação percebi que minha escrita estava burocrática. Acredito que o fato de estagiar em um banco, durante seis horas por dia e ao longo do último ano, tenha contribuído para influenciar em uma escrita menos fluida. Percebendo tal característica, tomei cuidado para evitá-la. Desde o princípio priorizei um texto informativo e sabia que meu estilo de

escrita é mais “seco”, o que não significa burocrático. Não bastava colocar informações, era preciso contextualizar e humanizar a reportagem.

“Diretamente ligada à emotividade, a humanização [do relato] acentuará na medida em que o relato for feito por alguém que não só testemunha a ação, mas também participa dos fatos. O repórter é aquele que ‘está presente’, servindo de ponte (e, portanto, diminuindo a distância) entre o leitor e o acontecimento. Mesmo não sendo feito em primeira pessoa, a narrativa deverá carregar em seu discurso um tom impressionista que favoreça essa aproximação” (SODRÉ, 1986, p. 15)

Além de colocar à prova questões técnicas e éticas do jornalismo e de suscitar novos questionamentos e angústias sobre as desigualdades sociais, ao longo do processo dessa reportagem também aprendi muito sobre mineração. Na primeira entrevista, mal havia decorado as siglas da CFEM e durante a última conversa eu conseguia identificar as minas, inclusive sabendo o nome de várias delas e em qual municípios estavam instaladas, enquanto a fonte me mostrava no Google Maps – conhecimento que não foi útil na escrita da reportagem, mas que me deu certa segurança de que me apropriei do tema. Foi importante escutar tantas fontes e ler tantos trabalhos para, apesar das inseguranças quanto ao texto e à edição, sentir segura da apuração, que tem suas falhas, claro, mas de fato foi o máximo que consegui apurar.

Por fim, me sinto satisfeita com a escolha da pauta e a execução de todo o trabalho. Ainda que o produto final não tenha ficado como idealizei, o processo de fazer essa grande reportagem foi, sem dúvidas, o maior desafio da graduação e trouxe uma série de novos questionamentos e convicções. Em diversos momentos da apuração e da redação, lembrava de discussões em sala de aula – ainda que a maior parte delas não levasse a uma resposta de como agir, mas a uma série de novas inquietações sobre a profissão.

Outra dificuldade que não posso deixar de mencionar foi focar na execução dessa reportagem justamente em um período que o Brasil sofre um golpe e borbulham várias manifestações. Muitas vezes tive que me ausentar de espaços políticos e fazer o esforço de fechar as janelas e focar na escrita, pois caso contrário não teria finalizado a tempo. Foi angustiante não estar presente e ter que deixar de lado por alguns meses minhas práticas políticas.

Até a escrita da última linha deste relatório, estive paralelamente editando a reportagem. Sempre acredito que está pronta, mas quando releio percebo novos erros – de pontuação, frases que poderiam ser alteradas, etc. Ao mesmo tempo que desejaria passar

várias outras semanas ajustando as fragilidades da reportagem e corrigindo ortografia, sinto um alívio pelo tempo que se esgota. Acho que o prazo é uma espécie de pavor e benção para os jornalistas, e entendo essa como a primeira de muitas outras grandes reportagens. Que venham as próximas, trazendo novas angústias, novas aprendizagens e novos erros.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIG. **Informativo AMIG (Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais)**. Congonhas: 2015.

BOSSI, D. ; CHAMMAS, D. ; MILANEZ, B. ; CARNEIRO, M. S. . **Reféns da riqueza de nossa terra: os impactos da mineração sobre as comunidades**. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2010.

COELHO, Tádzio Peters. **Mineração e dependência no quadrilátero ferrífero-aquífero: o discurso do desenvolvimento minerador e o projeto Apolo**. Rio de Janeiro: 2012.

COIMBRA, O. **O texto da reportagem impressa**. São Paulo: Ática, 2002.

DIVERSUS. **Diagnóstico Socioeconômico da Área Diretamente Afetada e da Área de Influência Direta do empreendimento Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A. (Ex-MMX MinasRio Mineração S.A.)**. Minas Gerais, 2011.

Disponível em:

<http://200.198.22.171/down.asp?x_caminho=reunioes/sistema/arquivos/material/&x_nome=DIAGNOSTICO_ADA_AID_DIVERSUS_1-50.pdf> Acesso em: 15 de nov. de 2016.

DNPM. **Anuário Mineral Brasileiro 2016**. Brasília: Departamento Nacional de Produção Mineral, 2016

_____. **Informe Mineral 2º semestre 2015**. Brasília: Departamento Nacional de Produção Mineral, 2016

FELIPPI, Ângela; SOSTER, Demétrio; PICCININ, Fabiana (orgs.) **Edição em jornalismo: ensino, teoria e prática**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

GASPAR, Floriana de Fátima. **Aspectos do atual processo de urbanização de Brumadinho**. Belo Horizonte: 2005.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Série Jornalismo a Rigor. V. 6. Florianópolis: Insular, 2012.

GONÇALVES, R. J. A. F. ; MILANEZ, B. ; MENDONÇA, M. R. . **No horizonte, a exaustão**. O contexto da mineração no Brasil: mudanças globais, mudanças locais. *In*: Stefano, D.; Mendonça, M. L.. (Org.). **Direitos humanos no Brasil 2015: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

IBRAM. **Informações sobre a Economia Mineral do Estado de Minas Gerais**. Brasília: Instituto Brasileiro de Mineração, 2015.

_____. **Informações sobre a Economia Mineral Brasileira**. Brasília: Instituto Brasileiro de Mineração. 2015

_____. **Panorama da mineração em Minas Gerais**. Brasília: Instituto Brasileiro de Mineração. 2015

KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

LAGE, Nilson. **A Reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LIMA, R. J. C.; SANTOS, R. S. P. **Formas de ação econômica e economicamente relevante na mineração de ferro**: o caso dos conflitos socioambientais em Congonhas (MG). *In*: 37º Encontro Anual da ANPOCS. Águas de Lindóia: 2013.

MILANEZ, B. **Grandes minas em Congonhas (MG), mais do mesmo?** *In*: Fernandes, F. R. C.; Enriquez, M. A. R. S; Alamino, R. C. J.. (Org.). Recursos minerais & sustentabilidade territorial. 1ed. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2011, v. I, p. 199-228

MILANEZ, B. ; SANTOS, R. S. P. . **A Rede Global de Produção (RPG) do minério de ferro: empresas, Estado e agentes de contestação**. *In*: XVI Congresso Brasileiro de Sociologia. Salvador: Anais do XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, 2013.

MILANEZ, B. ; CHAMMAS, D. ; BOSSI, D. ; MALERBA, J. ; CASTURINO, M. . **Impactos da mineração**. São Paulo: Le Monde Diplomatique (Brasil), 2010.

PoEMAS - Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade. **Antes fosse mais leve a carga**: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo, 2015.

PoEMAS - Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade. **Considerações sobre o Termo de transação e de Ajustamento de Conduta firmado entre o Governo Federal, Governo do Estado de Minas Gerais, Governo do Estado do Espírito Santo, Samarco Mineração S.A., Vale S.A. e BHP Billiton Brasil LTDA**. Mimeo, 2016.

SANTOS, R. S. P.; MILANEZ, B. **Redes Globais de Produção (RGPs) e conflito socioambiental: a Vale S.A. e o complexo minerário de Itabira**. *In*: VII Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2015, Goiânia. Anais do VII Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2015. p. 2093-2108

SANTOS, R. S. P. **Da Estratégia corporativa à ação economicamente relevante: a CSN e a contestação social na mineração de ferro**. Maranhão: Revista Pós Ciências Sociais, 2015

SODRÉ, Muniz e Maria H. Ferrari. **Técnica de reportagem**: notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986.

Vale. Relatório **Anual de Demonstrações Financeiras**. Rio de Janeiro, 2013.